

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N° _____, DE 2011 (Do Sr. Giovanni Cherini)

Solicita a realização de Audiência Pública com a presença dos expositores nominados, para discussão sobre a política brasileira de energias renováveis e a questão ambiental.

Senhor Presidente:

Requeiro, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, a adoção de providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública para discussão sobre a política brasileira de energias renováveis e a questão ambiental, tendo como expositores as seguintes autoridades:

Deputado Fernando Ferro – Relator do PL nº 630/2003;

Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado das Minas e Energia;

Senhor Luis André d'Oliveira, Gerente do Departamento de Energia Renováveis do BNDES;

Senhor Ricardo Baitelo, Coordenador da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace;

Senhor Tulsi Tanti, Diretor-Executivo Mundial da Suzlon, ou na sua impossibilidade, **o Sr. Arthur Lavieri**, Diretor-Presidente da Suzlon Brasil;

Senhor Lusivaldo Curvina Monteiro, Diretor-Presidente da Impel do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Nos próximos anos, é esperada uma forte expansão das energias renováveis em escala mundial, de modo que em 2035 essas fontes já respondam por cerca de 30% do consumo global de eletricidade, de acordo com um estudo da Agência Internacional de Energia (AIE) apresentado ao MME em dezembro próximo passado. Esse percentual, significando um aumento de praticamente um terço em relação a 2008, já leva em conta planos e compromissos políticos de vários países como forma de conter as emissões de gases do efeito estufa.

Segundo dados apresentados no Jornal a Folha de São Paulo, no último dia 30/03, os investimentos mundiais em energia limpa emergiram como um dos mais dinâmicos e competitivos, tendo alcançado o valor recorde de US\$ 243 bilhões em 2010, ficando o Brasil ficou em sexto lugar no ranking, com US\$ 7,6 bilhões em investimentos. A Alemanha ficou entre os primeiros lugares, com investimentos da ordem de (US\$ 41 bilhões).

Entre as energias renováveis, a energia eólica continuou a ser a tecnologia favorita para os investidores, com US\$ 95 bilhões. Entretanto, o setor solar experimentou crescimento significativo em 2010, com investimentos aumentando 53%, chegando ao recorde de US\$ 79 bilhões e mais de 17 gigawatts de novas capacidades de produção global.

A tragédia do Japão, por sua vez, levou muitos países a repensarem suas matrizes energéticas. A chanceler alemã Angela Merkel, por exemplo, comprometeu-se no mês passado a acelerar a transição para as energias renováveis. "Queremos chegar o mais rápido possível na era das energias renováveis. Este é o nosso objetivo", declarou.

O Brasil, é certo, vem demonstrando sua intenção de aprimorar o uso de energias renováveis e diversificar as fontes de geração de energia. Mas as

iniciativas de política de governo ainda são tímidas. Com efeito, de acordo com a EPE, a matriz energética brasileira ainda depende em grande parte de fontes não renováveis: 52,8% da energia produzida vêm de petróleo e derivados (37,8%), gás natural (37,8%), carvão mineral e derivados (4,8%) e urânio e derivados (1,4%). A dependência de fontes como essas pode não ser sustentável a longo prazo.

Nesse contexto, para fazer face à demanda brasileira de energia, uma das apostas seria um incremento nas fontes alternativas de energia como a solar, a eólica e a proveniente de biomassa. O Brasil tem efetivamente potencial de expansão dessas fontes alternativas de energia, considerando as condições de clima e relevo no país. Especialistas na questão observam que apesar de ainda serem mais caras que fontes tradicionais, e tenham seus condicionantes de localização, elas se complementariam com as tradicionais, mais concentradas geograficamente. Assim, seriam convenientemente adequadas para áreas isoladas ou locais aonde há problema com a transmissão da energia elétrica convencional.

O meio rural, em especial, poderia ser suprido total ou parcialmente pelo uso das formas alternativas de produção de energia e a autonomia energética para a produção agrícola beneficiariam sem dúvidas as populações locais, ensejando melhoria de qualidade de vida e permanência no campo. Há experimentos interessantes da Embrapa com a utilização dessas fontes alternativas no campo: biodiesel com dendê, biogás, etanol, florestas energéticas, turbinas, eólicas, painéis solares, por exemplo.

Quanto à energia eólica, o Brasil dispõe atualmente de 51 parques eólicos em operação, com uma capacidade instalada de 937 MW. O BNDES aprovou, no último mês financiamento de R\$ 790,3 milhões para nove parques eólicos, oito deles no Ceará, com capacidade instalada total de 211,5 MW e um em Tramandai, com potência instalada de 70 MW.

Há que se ressaltar, por outro lado, que apesar das vantagens ambientais das fontes alternativas de energia, não significa que não tenham impactos, devendo estes serem levados em consideração para se lograr um desenvolvimento sustentado.

Assim, quais as limitações que o país enfrenta para um aumento da demanda? Quais os condicionantes técnicos, de localização e de cunho ambiental?. Como fazer a transição para uma matriz energética mais verde? Como os legisladores podem melhor atuar no processo?

Há em tramitação nesta Casa um PL que se insere nesta temática. Trata-se do PL nº 630/2003 que prevê, por exemplo, a realização obrigatória de leilões anuais de energia eólica e de biomassa e a criação de um fundo para financiar pesquisa e tecnologia para energias.

Seria proveitoso, nesse cenário, avaliarmos as políticas públicas que tratam dessas fontes alternativas de energia na nossa matriz energética, vis a vis a sustentabilidade ambiental, pelo que solicito o apoio dos nobres pares para fomentarmos essa discussão.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2011.

Deputado **Giovani Cherini**